

*PROGRAMA DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR:
“VIVER EM FAMÍLIA DIREITO DA CRIANÇA”.*

PROJETO-PILOTO: Circunscrição de Guarulhos - SP
Circunscrição do Vale do Ribeira - SP

Parceiros: Ai.Bi. – Associazione Amici dei Bambini
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ministério Público do Estado de São Paulo
AASPTJ-SP Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Grupo Temático: Aperfeiçoamento institucional para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes

Apresentação Escrita:

Nome: Antonio Carlos Berlini

Cargo: Diretor para o Brasil da ONG Humanitária Ai.Bi. – Amici dei Bambini

Titulação: Advogado dos Quadros da OAB/SP

APRESENTAÇÃO

A proposta que aqui será apresentada foi formulada em consonância com o Protocolo de Intenções assinado pelos parceiros no dia 11 de março de 2004, no que diz respeito à garantia da convivência familiar de crianças e adolescentes e à necessidade da promoção de ações conjuntas pelos diferentes parceiros para atender a esse objetivo.

Foram eleitas duas regiões do Estado de São Paulo para o desenvolvimento do trabalho em caráter experimental, enquanto projeto-piloto. Tratam-se das Circunscrições de Guarulhos e a do Vale do Ribeira e para a escolha dessas, considerou-se: a estrutura oferecida na região; a concentração de problemas na área da infância e da juventude; o comprometimento dos magistrados com a área infanto-juvenil.

O Programa proposto centra sua atenção no direito estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao direito à convivência familiar. Para tanto, propõe uma metodologia de ação que possa viabilizar alterações substanciais ao atual tratamento dispensado a crianças e adolescentes, sobretudo aqueles pertencentes aos segmentos mais empobrecidos.

JUSTIFICATIVA

Pensar em ações que envolvam a garantia da convivência familiar, pressupõe a existência de crianças e adolescentes em circunstâncias de risco tais, que a solução de sua problemática perpassa pela necessidade de sua institucionalização. Em muitos casos, esse risco é apenas um dado revelador da pauperização de alguns segmentos populacionais; em outros, existe um histórico de vitimização e de violência familiar.

As situações que desencadeiam o abrigo são variadas e estão diretamente relacionadas às políticas públicas direcionadas à criança, ao adolescente e, paralelamente, ao seu grupo familiar. Em conjunturas sociais marcadas por crises econômico-financeiras, a ausência ou a precariedade de políticas sociais desencadeia a denominada judicialização da pobreza, isto é, sem respaldo para suas carências socioeconômicas e culturais, a população busca o Judiciário, na tentativa de ali solucioná-las (Matias, 2002). Inverte-se então a cidadania, e o direito à inclusão social só passa a ser exercido em razão da extrema pauperização, ou, até mesmo, da miserabilidade. Já os casos de vitimização e violência familiar, embora também possam apresentar os problemas acima ressaltados, contam com outro enfoque e pressupõem acompanhamento especializado.

Qualquer que seja a razão do abrigo, vem a ela subjacente o traçado de políticas

que atendam à demanda dos direitos do segmento infanto-juvenil. A Constituição brasileira preconiza direitos e garantias fundamentais, que foram incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 227 da Constituição evidenciou especificamente as garantias das crianças e adolescentes:

O ECA tem como paradigma a criança e o adolescente, considerados sujeitos de direito, cabendo-lhes proteção integral. Afinada com a Constituição, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – datada de sete de dezembro de 1993, também determina a proteção à família, à infância e a adolescência.

Entretanto, embora com uma legislação que aponte para os direitos e garantias, o que se evidencia na sociedade brasileira é o distanciamento entre o previsto na lei e a vivência concreta de alguns segmentos populacionais, em especial os mais pauperizados.

Esse distanciamento parece ocorrer, também, em muitas situações de abrigo, quando a medida assume o papel de atenuante da pobreza, por ausência ou ineficiência de ações sociais que atendam e protejam essa camada da população.

Fica evidente que para se ter uma ação profícua no campo da criança e do adolescente como meio de evitar o abrigo ou para propiciar o desabrigo é necessário um conjunto de ações que viabilizem o direito à convivência familiar.

A consolidação dos direitos constitucionais perpassa pela mobilização de diversos atores sociais, notadamente os operadores de políticas sociais públicas e privadas na perspectiva da construção da cidadania. Portanto, os programas e projetos institucionais operacionalizados pelas instituições públicas ou organizações não governamentais, expressam por meio de seus profissionais, práticas que imprimem uma intencionalidade no plano ético, jurídico e político. (BATTINI: 1994)

Neste sentido, se faz mister, que os atores sociais, dentre eles, os profissionais tenham espaço para discussão, reflexão, construção e reconstrução de seus pensamentos e práticas que possam direcionar para ações ancoradas no paradigma de direitos constitucionais, dentre os quais, a proteção integral. Tem-se implícito, a possibilidade de rever práticas reiterativas de subordinação e que, portanto, não se coadunam com os preceitos de cidadania.

Evidentemente, que para alcançar o objetivo da garantia do direito a convivência familiar não é suficiente que apenas os agentes operacionais revejam ou confirmem os seus compromissos e a maneira com a qual os mediatiza. A dimensão das práticas sociais engendra-se em relações sociais complexas, nas quais diversas forças sociais e políticas presentes resultam na formulação de políticas sociais e ações. No cotidiano, notadamente,

convive-se com uma atuação profissional voltada a uma determinada particularidade, e por vezes, nem sempre é reconhecida na dinâmica nas relações sociais mais ampla.

É diante dessas preocupações que a proposta metodológica está assentada. Propõe-se um conjunto de ações com os diferentes atores envolvidos com a problemática da criança e do adolescente e a sua garantia à convivência familiar.

Grosso modo, a sociedade se sensibiliza com a situação de crianças e adolescentes abrigados. Porém, aqueles que trabalham mais diretamente com a questão aliam essa sensibilidade ao compromisso profissional de uma ação competente, que se mostre coadunada com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conhecer de perto a realidade pode levar a essa ação competente, tendo-se como uma das metas que as intervenções a serem realizadas não tenham como base o aparente ou o imaginário e sim tenham como ponto de partida dados concretos e o mais fidedignos.

Portanto, parte-se do pressuposto de que é fundamental conhecer as particularidades das regiões em que se inscreve a implantação do Programa em pauta. Compor o universo de intervenção com dados que nos leve a aproximação da realidade, considerando-se que é por aproximações sucessivas é que se poderá apreender de melhor forma a totalidade.

Considerou-se também importante para a escolha da metodologia de trabalho, a contribuição e a motivação dos diferentes parceiros envolvidos nesse programa para sua implementação de diferentes formas, tanto financeiramente como pelo acúmulo de experiências adquiridas no decorrer de uma militância no campo infanto-juvenil. Pensou-se em uma metodologia que possa dar visibilidade às problemáticas, mas que também, propiciem maior interlocução e comprometimento dos diferentes atores sociais. Além disso, pretende-se que a metodologia seja um facilitador para a articulação de programas sociais direcionados a esse segmento.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

Promover o aprofundamento teórico-doutrinário de instrumentos nacionais e internacionais voltados ao desenvolvimento e a implantação de políticas públicas eficazes de garantia à proteção integral da criança e do adolescente;

Articular e integrar os agentes da rede de atendimento à criança e ao adolescente para a efetiva garantia da política pública da convivência familiar;

Formar, capacitar e atualizar os agentes da rede de atendimento, numa abordagem

técnico-científica, para a construção de planos de ação efetivos de acordo com a realidade local para a garantia da convivência familiar;

Promover a uniformização de práticas e prover com instrumentos eficazes os agentes da rede de atendimento de modo a adequar a execução de medidas judiciais que visem o abrigo e/ou o desabrigo e o direito à convivência familiar;

Integrar os agentes de atendimento governamentais e não governamentais para a formação da rede, com capacidade de propor e atuar em políticas públicas que garantam à convivência familiar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Discutir e refletir sobre a prática do abrigo/desabrigo de crianças e adolescentes com os atores sociais da rede de atendimento, pública e privada, enfocando o conceito de convivência familiar e o uso das medidas de proteção, de acordo com os princípios de proteção integral dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

Estabelecer parcerias locais com os atores sociais de rede de forma a desenvolver um projeto integrado de diagnóstico das políticas e programas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social;

Formar e informar os atores sociais da rede de atendimento municipal nos princípios de proteção integral, incentivando-os à análise crítica das práticas utilizadas de abrigo/desabrigo de crianças e adolescentes, diagnosticando com eles o fluxo da rede local e seus efeitos para a população atendida;

Construir o programa de intervenção na realidade atual e nas práticas usuais de abrigo e desabrigo de crianças e adolescentes, a partir dos princípios gerais do Programa e das peculiaridades da região; garantindo o envolvimento dos atores no estabelecimento e manutenção das diretrizes construídas coletivamente;

Possibilitar reflexão sobre o desempenho do papel e atribuições dos respectivos atores sociais da rede, no trabalho direcionado à medida de proteção-abrigo, considerando seu caráter de provisoriedade e excepcionalidade;

Viabilizar a socialização das experiências específicas dos diversos atores sociais da rede, na busca de alternativas e promoção de ações conjuntas na construção de programas e políticas sociais destinadas à criança e ao adolescente quanto ao direito à convivência familiar.

PÚBLICO-ALVO

O Programa tem como público-alvo:

- I – membros do Poder Judiciário e suas associações representativas;
- II – membros do Ministério Público e suas associações representativas;
- III – equipes interprofissionais (assistentes sociais, psicólogos judiciários, outros técnicos) do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- IV – Escrivães, oficiais e demais serventuários dos Ofícios da Infância e da Juventude;
- V - equipes interprofissionais, educadores, coordenadores e dirigentes das entidades de atendimento;
- VI – Membros dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Municipais de Assistência Social e de Educação;
- VIII – advogados e demais operadores do direito da infância e da juventude da sociedade civil;
- IX - acadêmicos de direito, serviço social, psicologia, pedagogia e áreas afins;
- X – grupos de apoio à adoção e famílias que já adotaram e as pretendentes à adoção ou guarda;
- XI - Prefeituras e Secretarias Municipais e Estaduais afins;
- XII - Membros das redes educacionais Federais, Estaduais e Municipais;
- XIII - Agentes da área da saúde;
- XIV - Corporações policiais militares, civis e municipais.

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO PROGRAMA

As áreas escolhidas se compõem pela Circunscrição Judiciária de Guarulhos na Grande São Paulo e pela Circunscrição de Registro (no Vale do Ribeira). A escolha de tais áreas para a consecução dos projetos-piloto se deu ante o fato de que Guarulhos apresenta grande complexidade inter-relacional dos diversos atores e operadores sociais e do direito frente às problemáticas advindas de uma cidade de grande porte às barras da maior capital da América, assim como a estrutura oferecida e o comprometimento dos operadores que militam na área da infância e da juventude com a causa minorista.

Já o Vale do Ribeira, tornou-se estrategicamente não menos importante para a implantação de um piloto tendo em vista, tal como em Guarulhos o comprometimento local das estruturas do Judiciário e do Ministério Público, apresentando – além disso - problemáticas relacionadas ao espaço geográfico com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo e as conseqüências sociais daí advindas.

Compõem assim, a Circunscrição de Guarulhos os municípios de Guarulhos (a Sede), Mairiporã, Arujá, Santa Isabel (Comarcas) e o município de Igaratá. A Circunscrição de Registro é composta pelas seguintes cidades: Registro (a Sede), Cananéia, Eldorado Paulista, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu e Pariquera-Açu (Comarcas) e os municípios de Sete Barras, Iporanga, Barra do Turvo, Ilha Comprida e Cajati.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi a da pesquisa-ação que visa mobilizar e incentivar os diferentes grupos sociais por meio de uma participação direta destes em todas as etapas. A cada etapa é possível desenvolver-se uma construção a qual permite o envolvimento e o desencadeamento de respostas e propostas na qual supõe que os atores sociais apreendam uma maior consciência histórica, política e socioeconômica da realidade em sua totalidade, ultrapassando o empírico e o aparente.

Considerou-se que tal metodologia está diretamente vinculada à concepção do Programa de Formação, Capacitação e Atualização no Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar, uma vez que o trabalho proposto supõe compreendê-lo enquanto processo de construção do conhecimento e da ação. Ressalta-se que,

Formação tem o sentido de saber ver, no caso a realidade da criança e do adolescente em situação de risco;

Capacitação: significa saber fazer, no caso as ações desenvolvidas na área da criança e do adolescente;

Atualização: saber reconstruir permanentemente o saber ver - saber fazer.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

FASE PREPARATÓRIA:

- Seqüência da organização de todas as etapas pelos parceiros;
- Alinhamento das concepções teórico-metodológicas a serem trabalhadas nas oficinas;
- Mapeamentos das regiões atendidas pelo programa: indicadores socioeconômicos e outros das regiões;
- Elaboração/adequação de instrumentais para diagnóstico local;
- Preparação da implantação do Programa com os parceiros locais de cada região, do Tribunal de Justiça e representante do Ministério Público;

Levantamento dos prováveis parceiros locais pelas equipes de assistentes sociais e psicólogos do T.J, no que se refere a órgãos públicos, privados e ONGs, os quais atuem direta ou indiretamente com a problemática da criança e adolescente;

Preparação da logística para todas as etapas;

Escolher os profissionais responsáveis pela coordenação e acompanhamento de todas as oficinas;

Profissionais temáticos, que ficarão responsáveis para tratar de assuntos específicos, conforme a programação das oficinas.

1ª. FASE: Mapeamento dos municípios que compõem as circunscrições de Guarulhos e Vale do Ribeira:

Indicadores macro sociais e econômicos: dados demográficos (distribuição geográfica – rural/urbano); setores produtivos; renda per capita; taxa de morbidade/mortalidade; índice de escolaridade.

Operacionalização: Levantamento de dados a partir da pesquisa em fontes do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ; SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/SP e outros órgãos e estudos sobre o município.

Responsabilidade: Coordenação Geral

Contato Local:

Os parceiros locais das circunscrições de Guarulhos e Vale do Ribeira, constituído pelos profissionais que atuam na Vara da Infância e Juventude foram envolvidos na execução desse programa, uma vez que são considerados como parceiros, tendo em vista o compromisso firmado pela instituição Tribunal de Justiça e Ministério Público.

Esta fase consistiu no estabelecimento de contatos de uma equipe da Coordenação Geral com as equipes locais, visando o desenvolvimento do diagnóstico de cada cidade envolvida no projeto-piloto. Salienta-se que para tanto, o necessário processo de formação e capacitação das equipes locais que voltou-se para o estudo da temática específica.

A primeira visita em cada um desses locais (Vale do Ribeira e Guarulhos) teve como objetivo: apresentar o Programa aos parceiros locais, engajando-os na discussão e na participação efetiva nas diferentes fases; esclarecer e discutir a aplicação do roteiro; assessorar a organização e a sistematização dos dados coletados. As equipes locais fizeram um levantamento de legislação específica dos municípios e programas de atendimento

pertinentes à área da infância, juventude e famílias, encaminhando os dados coletados à Coordenação Geral.

Com base na sistematização dos dados, uma equipe da coordenação geral organizou e analisou as circunscrições de Guarulhos e Vale do Ribeira. Essa aproximação com as particularidades locais forneceu elementos para elaboração do diagnóstico local. Procedeu-se, então, à segunda visita da coordenação geral nas regiões para apresentação e discussão das análises com os parceiros locais.

2ª. FASE: SEMINÁRIO DE ABERTURA

Com a presença de 525 pessoas em Guarulhos e 250 na cidade de Registro, os Seminários de Abertura representaram a instalação do Programa em cada região. Constituíram-se de um encontro que antecedeu as oficinas, contando com a participação dos representantes do Executivo local, Secretários Municipais cujas pastas tinham implicação com a área da minoridade e família, conselhos municipais, profissionais e demais representantes da sociedade civil. Objetivou sensibilizar; mobilizar e motivar a interlocução entre os diferentes atores sociais, visando a implementação de uma rede.

O Seminário foi o primeiro momento para debater com a sociedade civil e os poderes de Estado à problemática da criança/adolescente que está privada da convivência familiar cotidiana, ou mesmo encontra-se em situação de risco social. Desse modo, pretende provocar cada um dos presentes, despertando seu interesse para encontrar soluções implicadas na corresponsabilidade.

3ª FASE: OFICINAS

Parte-se da concepção de que a oficina é uma abordagem que permite aos sujeitos vivenciarem situações que os possam ver e rever sua percepção e compreensão da realidade social e mobilizá-los para o processo contínuo de formação, capacitação e atualização.

Considerou-se fundamental que a metodologia possibilitasse: fornecer subsídios teóricos para pensar e repensar as práticas e ações direcionadas ao segmento infanto-juvenil; assimilar a legislação pertinente e refletir sobre a necessidade de adequação ou não das práticas; propiciar a aquisição de instrumental para a execução do trabalho; atribuir a cada participante o papel de investigador; desenvolver a capacidade de uma prática investigativa como meio de realizar a crítica sobre suas ações; estabelecer competências dos diferentes agentes sociais e instituições; motivar a interlocução entre as diferentes instituições;

reconhecer as particularidades e desencadear a rede a formação ou incremento da rede de serviços sociais local.

Essas oficinas se destinam aos profissionais que tenham uma relação com a problemática da criança e do adolescente. Os grupos de cada região poderão se constituir de técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc), promotores de justiça, juízes, conselheiros, dirigentes de ONGs, dirigentes e educadores dos abrigos etc.

As oficinas sempre tiveram a presença de um coordenador, responsável por ser o elo de ligação entre uma oficina e a outra, acompanhando todo o processo, responsabilizado-se pelos relatórios de um módulo a outro e sendo agente facilitador para a integração e atento às demandas grupais.

Em cada região ocorreram cinco oficinas mensais. E, devido o trabalho proposto, (uma para cada 40 pessoas, sendo dois grupos para Circunscrição de Guarulhos e três grupos para a do Vale do Ribeira) a estrutura foi a seguinte: apresentação de uma temática, por educador convidado, para todos os presentes, uso de técnicas de grupos para essa produção coletiva - provocando vivências e gerando propostas singulares, segundo o município; elaboração por um relator, da síntese da produção realizada, segundo os registros dos grupos, para exposição dos resultados gerais; discussão dos resultados gerais, visando a identificação e a conjugação das práticas usuais, das dificuldades, de sugestões para os problemas comuns vividos no cotidiano das entidades locais, distribuição de tarefas para a elaboração dos grupos, durante o período entre as oficinas mensais, visando à sistematização dos dados da realidade local, das propostas de intervenção criadas pelos grupos, segundo os roteiros e textos de apoio, oferecidos pelosicineiros.

As produções dos grupos, por oficina, constituíram os elementos dos projetos finais que foram apresentados no Seminário de Encerramento.

4ª FASE: SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

Este seminário ocorreu no término das oficinas e apresentou a sistematização dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos e a avaliação dos participantes, como os pontos fundamentais para refletir quanto ao processo de formação, capacitação e atualização desenvolvido nas regiões piloto. Além disso, os grupos de atores sociais apresentaram suas produções, elaboradas nas oficinas temáticas, e organizadas enquanto um projeto de intervenção local, construído coletivamente visando a garantia do direito da criança e do

adolescente à convivência familiar. Buscou-se avaliar as possíveis alterações ocorridas na rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, bem como, das práticas desenvolvidas pelos participantes dessa rede.

PARCEIROS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA

Ai.Bi. – Associazione Amici dei Bambini

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Corregedoria Geral da Justiça

Ministério Público do Estado de São Paulo – CAO da Infância e da Juventude

AASPTJ-SP - Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

RECURSOS FINANCEIROS

Dos recursos financeiros reconhecidos necessários pelos parceiros do Programa, somente cerca de 40% efetivamente pode ser auferido pela Coordenação Geral, em forma de pagamento a título gratuito por parte do *Comune de Milano*, (Prefeitura de Milão, na Itália) das atividades projetadas. Entretanto, este pequeno percentual não foi motivo para que o Projeto não se desenvolvesse a contento deste Grupo de idealizadores, vez que – embora não houvesse numerário por vezes suficiente para determinada empreitada – todos os parceiros puderam dispor de seu pessoal e de sua estrutura própria para a consecução de todos os objetivos propostos.

A princípio, o Programa de formação foi orçado – em valores de junho de 2004 – em cerca R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), tendo sido ofertado pelo Comune de Milano a quantia de cerca de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), tendo sido todo o restante suportado pelos parceiros em forma de prestação de serviços, e utilização de pessoal, máquinas e equipamentos próprios.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Mai/Junho 2004 - Coordenação Geral: mapeamento das regiões do Projeto-piloto (indicadores socioeconômicos); planejamento para realização dos contatos locais; sistematização e análise dos dados coletados nos locais; planejamento e organização do Seminário e das oficinas.

Julho 2004 - Primeira visita ao vale do Ribeira e Guarulhos: apresentação e discussão do programa; garantir engajamento na construção e efetivação do programa; aplicação dos

questionários nos locais.

Agosto 2004 - Aplicação dos questionários nos locais

Setembro 2004 - coleta de material de pesquisa elaborado pelos atores locais sobre suas práticas; sistematização e análise dos dados.

Outubro de 2004 - Segunda visita ao Vale do Ribeira e Guarulhos; estabelecimento de organograma da rede local; individualização básica por parte das equipes de atores da rede local (órgãos públicos, privados, ONGs)

Novembro 2004: fixação dos indicadores para avaliação dos efeitos do programa; organização do seminário de abertura; indicação dos possíveis atores locais.

Fevereiro de 2004 - Escolha dos profissionais responsáveis pela coordenação e acompanhamento de todas as oficinas.

Abril de 2005 - Seminário de Abertura direcionado a sociedade civil para apresentação do programa e discussão das práticas existentes no local. Os objetivos foram: propiciar a sensibilização dos atores sociais para a realização conjunta do diagnóstico das práticas e problemas locais; discutir os princípios da doutrina da proteção integral e situar a medida protetiva abrigo nas práticas de atendimento à infância e adolescente; apresentar os resultados do pré-diagnóstico local referente a situação do município em relação a atenção da criança, do adolescente e família.

Mai a Setembro de 2005: Realização das Oficinas Temáticas: estabelecimento do fluxograma da rede local na prática de abrigar/desabrigar; levar a autonomia dos atores e manutenção da rede articulada para ações voltadas ao direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, elaboração de programas e projetos de intervenção em rede pelos atores sociais.

Outubro de 2005 - Avaliação: projetos elaborados pelos atores sociais de alternativas ao abrigo; qualidade de atendimento nos abrigos; programas voltados à aproximação e a permanência de crianças/adolescentes nas famílias de origem; programas sociais para medidas de proteção e garantia de direitos.

Novembro de 2005: Os Seminários Finais apresentaram a sistematização dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos constituídos de atores sociais dos municípios envolvidos. Foram apresentadas as produções realizadas a partir das oficinas temáticas e das reflexões sobre as realidades locais. As propostas e/ou projetos visam a garantia do direito da criança e do adolescente à Convivência Familiar. Os Seminários marcaram o encerramento de um processo de capacitação iniciado a seis meses com os agentes profissionais de diversas

instâncias que atuam com crianças e adolescentes e suas famílias.

OS RESULTADOS AFERIDOS

Dos relatórios finais elaborados pelas oficinas, bem como da avaliação feita pela Coordenação Geral dos projetos municipais de criação ou ampliação de redes de atendimento às famílias, às crianças e aos adolescentes, apreende-se que os participantes ressaltaram que os *objetivos do Programa foram atingidos*, uma vez que este promoveu novas articulações, mudança de mentalidade e a possibilidade de implementar um plano de ação que acionasse a rede de atendimento nas cidades envolvidas nos projetos-piloto.

Os encontros possibilitaram um reconhecimento dos parceiros bem como um estreitamento dos vínculos estabelecidos, o que permitiu uma organização entre os operadores locais que poderá propiciar a continuidade dos trabalhos, após o Programa. Os objetivos de desencadear o incremento da rede de serviços sociais, construir propostas e buscar alternativas de intervenção local e o de estabelecer as diferentes competências e atribuições dos agentes sociais, bem como clarear as particularidades de cada papel, dependerá de outras ações nos municípios.

Os participantes puderam constatar que têm muito ainda para amadurecer e para discutir. Referem que a possibilidade de trocar saberes os aproximou, e que a diversidade os enriqueceu. Analisam que o compromisso estabelecido entre eles propiciou outros olhares e a busca de novos conhecimentos.

Neste sentido, a criação do *Fórum Regional Permanente (no Vale do Ribeira)* pareceu ser um bom exemplo de que o grupo como um todo reagiu e se sobrepôs à dificuldade inicial de se articular, quando se configurou – a princípio - como um grupo fragmentado e com a comunicação insuficiente.

No que se refere à *metodologia adotada nas oficinas*, pôde-se avaliar que esta possibilitou o alcance dos objetivos propostos, uma vez que promoveu a troca de experiências entre os participantes, incentivou a interlocução entre as diferentes instituições, possibilitou a crítica sobre as próprias ações e práticas e desencadeou a formação de um trabalho em rede, a partir do aproveitamento de iniciativas já existentes, bem como da criação de novos projetos.

O fato das oficinas serem conduzidas de forma aberta e reflexiva possibilitou, segundo alguns integrantes, o resgate de suas potencialidades, bem como da criatividade de cada um, o que os tornou protagonistas desta história. Além disso, constataram que as reflexões, promovidas no decorrer das oficinas, facilitaram a desconstrução de idéias preconcebidas e a

construção de novas referências. O discurso aparentemente desconexo passou a fazer sentido depois de agregar outros conhecimentos.

Com relação às *atribuições e competências dos diferentes operadores sociais*, seria importante promover discussões mais específicas e aprofundadas, o que não foi possível contemplar de forma satisfatória durante o Programa, embora este assunto tenha sido abordado em todas as discussões realizadas, na tentativa de delimitar as funções dos diferentes papéis.

Os *temas escolhidos* pareceram atender às demandas dos grupos, uma vez que propiciou reflexões relacionadas com a prática profissional. Além disso, forneceu subsídios teóricos que o instrumentalizaram para um atendimento mais eficiente, tanto do ponto de vista de cada profissional quanto da realidade social existente.

As *tarefas solicitadas* nos intervalos das oficinas levaram o grupo a perceber a necessidade de se reunir além dos horários das oficinas programadas. Estes encontros pareceram fortalecer o compromisso entre os participantes, possibilitando a continuidade das discussões dos assuntos tratados, bem como a formulação de um projeto de intervenção.

A oscilação na *freqüência e a rotatividade* entre os participantes não prejudicaram o andamento dos trabalhos propostos. Pelo contrário, retrataram a mobilização de alguns integrantes para articular novos parceiros. O grupo acabou se constituindo por operadores que de fato se comprometeram com o Projeto.

No final, todos os municípios tiveram clareza da necessidade de atuar em várias áreas junto à sociedade civil organizada e ao poder público, tais como:

Prevenção do abrigamento que ocorre em função de diagnósticos incorretos;

Necessidade de efetivar os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (os municípios reconhecem a dificuldade de atingir as famílias que têm direito a esses benefícios);

Necessidade de atividades intermunicipais para atuar na área de: a) prostituição infantil; b) programas voltados à profissionalização dos jovens; c) alcoolismo e drogadição;

Necessidade dos diversos serviços públicos trabalhar de forma integrada os atendimentos voltados à criança, ao adolescente e aos familiares, principalmente temas relacionados à drogadição e à gravidez na adolescência;

Necessidade de efetuar levantamento de programas voltados à convivência familiar existente na região, identificando como se dá a inclusão das famílias nos mesmos.

Os projetos-piloto tiveram como propósito organizar e facilitar as discussões, nos

municípios em relação à rede de proteção e atendimento. Possibilitou também a introdução de novos conceitos e novas abordagens em relação aos temas. As reflexões foram atingidas, na medida em que proporcionaram um movimento de aproximações.

A disponibilidade dos participantes, bem assim a busca pelo enriquecimento teórico e prático, tal como a enriquecedora experiência da parceira do público e do privado, do Estado e da Sociedade Civil, pareceram contribuir para o entrosamento e organização dos grupos, o qual teve produção intensa e criativa. O fato de ser dado voz a cada um dos representantes das instituições em questão tornou-os protagonistas na construção da rede de atendimento. Neste processo, foram respeitados as potencialidades e os limites de cada um, além de minimizar o sentimento de solidão advindo da incompletude institucional.

BIBLIOGRAFIA

BATTINI, Odária. Pesquisa Ação: construindo uma metodologia de trabalho. Caderno Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 1994.

BAPTISTA, Myrian Verás. “A ação profissional no cotidiano”. In O uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo, Cortez, 1995.

MATIAS, Dilza Silvestre Galha Matias. Crise, Demandas e Respostas Fora de Lugar. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Crianças e adolescentes (Des)acolhidos- A perda da filiação no processo de institucionalização. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 21^a ed. verif.e ampl., São Paulo, Cortez, 2000.

Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Saraiva de Legislação. 31^a edição, atualizada e ampliada. 2003.

Brasil Criança Urgente: A lei. Columbus, São Paulo, 1990